IE:647.884.258.114
 CNPJ:27.882.838/0001-02
 Data Suspensão:16/05/2019
 Expediente SF 1000326-271943/2019
 Nome: FORMULA.COM FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA
 Endereço: Avenida Bady Bassit, 3788
 Bairro/CEP: Centro / 15.025-000
 Cidade: São José do Rio Preto
 IE:647.559.278.119
 CNPJ:06.321.679/0002-88
 Data Suspensão:22/05/2019
 Expediente SF 1000326-280392/2019
 Nome: MARINILZA S.PARRA
 Endereço: Rua 21 de Abril, 334
 Bairro/CEP: Centro / 15.200-000
 Cidade: José Bonifácio
 IE:405.006.748.115
 CNPJ:65.410.839/0001-43
 Data Suspensão:21/05/2019
 Expediente SF 13376-277840/2019
 Observação - sobre os atos de suspensão ora publicados, os contribuintes/interessados poderão interpor reclamação junto ao Posto Fiscal de Jurisdição.

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - DRT-12 Comunicado

Fica o interessado notificado da decisão do Recurso referente ao Pedido de Isenção de IPVA objeto do processo abaixo referenciado:
 NOME CPF SIVEI GDOC PLACA SITUAÇÃO
 Oslaim de Oliveira Mello 064418578-39 120032-20180312-134254589-22 1000857-9964/2019 GBH-0768 Deferido
 Rosiane Maria dos Santos 140639368-13 120032-20180626-182507502-18 1000857-17208/2019 ATT-2346 Indeferido
 Viacao Guaianazes de Transporte Ltda 285383118-32 120032-20180124-112227885-76 1000857-23471/2019 DPF-9091 Deferido
 Mauricio Nisius Fífres 115604268-29 120032-20180606-103512322-55 1000857-7428/2019 FWX-7976 Deferido
 Guilherme Meneguel Panhota 340558588-09 120032-20180810-104813166-94 1000857-7438/2019 FKf-4696 Deferido

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE GUARULHOS - DRT-13 Comunicado

O Delegado Regional Tributário de Guarulhos – DRT/13, com fundamento no artigo 16, inciso II, da Portaria CAT 95/2006, de 24-11-2006, em decisão datada de 08-05-2019, nos autos do Processo GDOC 77845-247501/2019, Determinou a instauração de procedimento administrativo para constatação de nulidade da inscrição estadual do contribuinte Madrinea Comercio de Materiais Ferrosos Ltda - ME, Inscrição Estadual 433.073.010.113, CNPJ 24.219.703/0001-73, com endereço na Rua Livia Val Silva Andre 90 – Centro, Mairiporã/SP, CEP 07.600-000. Constam como sócios em seu registro junto ao Cadesp, Daniele Cristina de Faria, CPF 323.645.068-16, e Adriano Aparecido Paulino, CPF 302.165.488-61.
 Base legal: inciso III do artigo 30 do RICMS (Aprovado pelo Dec. 45.490/2000).
 Motivação: Após diligência fiscal ao endereço do estabelecimento constatou-se que a empresa não se encontra estabelecida no endereço indicado no Cadesp.

Fica o contribuinte acima identificado notificado, nos termos do § 1º do artigo 17 da Portaria CAT 95/06, que lhe é facultada a oportunidade de apresentar defesa em 15 dias, contendo informações ou documentos com a finalidade de esclarecer os fatos, direcionada ao Delegado Regional Tributário de Guarulhos/SP.

Comunicado
 O Delegado Regional Tributário de Guarulhos – DRT/13, com fundamento no artigo 16, inciso II, da Portaria CAT 95/2006, de 24-11-2006, em decisão datada de 16-05-2019, nos autos do Processo GDOC 77845-266495/2019, Determinou a instauração de procedimento administrativo para constatação de nulidade da inscrição estadual do contribuinte WESLEY HENRIQUE RIBEIRO, Inscrição Estadual 331.035.068.118, CNPJ 27.786.609/0001-94, com endereço na Rua Bela Vista 1110 – Ipiranga, Guararema/SP, CEP 08.900-000. Constata como participante em seu registro junto ao Cadesp, Wesley Henrique Ribeiro, CPF 445.037.238-71
 Base legal: inciso III do artigo 30 do RICMS (Aprovado pelo Dec. 45.490/2000).
 Motivação: Após diligência fiscal ao endereço do estabelecimento constatou-se que a empresa não se encontra estabelecida no endereço indicado no Cadesp.

Fica o contribuinte acima identificado notificado, nos termos do § 1º do artigo 17 da Portaria CAT 95/06, que lhe é facultada a oportunidade de apresentar defesa em 15 dias, contendo informações ou documentos com a finalidade de esclarecer os fatos, direcionada ao Delegado Regional Tributário de Guarulhos/SP.

POSTO FISCAL DE SUZANO Comunicado

Fica o contribuinte abaixo descrito, Notificado que em decorrência de decisão exarada que constou inatividade do estabelecimento, formalizada através de Declaração de não Localização de Contribuinte (demonstrativo 2.05-A) que determinou a alteração da situação cadastral para "Não Localizado" com efeitos a partir da data abaixo indicada:
 Nome: MIRAY REIS COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - ME
 IE: 379.284.699.114
 CNPJ Nº: 27.269.038/0001-10
 Endereço: R. União da Conquista, 21 - Jd Miray
 CEP: 08.574-410
 Município: Itaquaquecetuba/SP
 GDOC: 1000105-265724/2019
 Inativo desde 10-03-2017

Núcleo de Serviços Especializados - I - ICMS Comunicado

Cassação da eficácia de inscrição estadual.
 O chefe do PF 10 Guarulhos, comunica aos interessados que, em decorrência de decisão exarada(s) no(s) expediente(s), determinou a cassação da eficácia da Inscrição Estadual, atribuída ao(s) estabelecimento(s) do(s) contribuinte(s) abaixo.
 Contribuinte: BELLA LINGERIE CONFECÇÃO E COMÉRCIO EIRELI
 Inscrição Estadual: 616.055.756.119
 CNPJ: 11.305.747/0001-74
 Endereço: Rodovia Vereador Albino Rodrigues Neves, 510, CEP – 07.500-000 – Trevo – Santa Isabel - SP.
 GDOC: 1000105-269386/2019
 Data da Inatividade: 10-11-2017
 Motivo: Não Localização de Contribuinte
 Da cassação caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Guarulhos no prazo de 30 dias contados desta publicação, nos termos do art. 13 da Portaria supramencionada.

Posto Fiscal 11 - Guarulhos Comunicado

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Delegado Regional Tributário da Delegacia Regional Tributária de Guarulhos que negou provimento ao recurso formulado face à decisão do Chefe do Posto Fiscal acerca do lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 13-A da Lei 6.606/89 ou do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Da decisão não cabe mais recurso, conforme preceitua o artigo 10 do Decreto 54.714/09, sendo que dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 13-A da Lei 6.606/89 ou do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Os autos foram encaminhados ao Posto Fiscal: PF-10-Guarulhos.
 Nome CPF/CNPJ N° Controle Placa
 Banco RCI Brasil S.A 62307848000115 67.758.148-8 EGA-6073

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE OSASCO - DRT-14 Comunicado

O Delegado Regional Tributário de Osasco – DRT-14, acolhe a proposta formulada pelo Inspetor Fiscal e expede a presente ORDEM DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONSTATAÇÃO DE NULIDADE DE INSCRIÇÃO, Protocolo do GDOC 1000314-261578/2018, relativamente à empresa RIO BRANCO IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA, Inscrições Estaduais abaixo indicadas:
 - Inscrição Estadual:144.975.790.117, CNPJ: 01.833.776/0001-55, Endereço: Rua Agostinho Gomes, 2462 – Fundos, Ipiranga – São Paulo/SP – CEP 04206-001, com proposta de nulidade a partir de 26-11-2010;
 - Inscrição Estadual: 241.103.890.119, CNPJ: 01.833.776/0003-17, Endereço: Rua Barretos, 120 Quadra N, Lote 4A3/0, Guatuarinho – Cajamar/SP CEP 07.756-615, com proposta de nulidade a partir de 23-08-2017 e
 - Inscrição Estadual: 241.061.707.110, CNPJ: 01.833.776/0004-06, Endereço: Rua Antonio de Barros, 898, Altos de Jordanésia - Cajamar/SP – CEP 07786-740 declarado ao fisco como sendo à Rua das Antilhas, 345 Jardim Califórnia, Barueri/SP, CEP 06409-070, com proposta de nulidade a partir de 03-11-2010.

A partir das datas das concessões das referidas inscrições estaduais, em razão de verificações fiscais formalizadas pelos documentos e manifestações do AFR autor dos trabalhos fiscais indicarem fatos que configurem as situações de simulação de existência dos estabelecimentos ou da empresa e simulação de quadro societário da empresa, hipóteses previstas no artigo 30, incisos I e II, § 1º, item 1 alínea "b" e item 2, alíneas "b" e "c" do RICMS(aprovado pelo Decreto 45.490/00).

Desta decisão caberá apresentação de defesa no prazo de 15 dias, contendo informações ou documentos com a finalidade de esclarecer os fatos que motivaram a presente instauração, nos termos do § 1º do Artigo 17 da Portaria CAT-95/2006, alterado pela Portaria CAT-63/2016.

DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DE ARARAQUARA - DRT-15 Comunicado

Núcleo de Fiscalização 2
 Notificação – AIIM ICMS
 Assunto:
 Nos termos do "caput" do artigo 100 e da parte final do §3º do artigo 99, ambos do Decreto 54.486/2009, fica(m) o(s) contribuinte(s) abaixo identificado(s) Notificado(s) da lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM por infração à legislação tributária do ICMS (RICMS/2000 – Decreto 45.490/2000 e alterações posteriores) devendo recolher o débito fiscal exigido no AIIM ou apresentar defesa, por escrito, no prazo de 30 dias.

Nos termos do § 4º do artigo 99 do Decreto 54.486/2009, durante o prazo para interposição da DEFESA, uma via do AIIM e dos demonstrativos e documentos que o instruem ficarão à disposição do interessado, responsável solidário ou de pessoa legalmente habilitada, na repartição fiscal de vinculação do contribuinte, podendo ser retirados nos dias úteis durante os horários de expediente.

A DEFESA deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e enquanto o notificado e seu representante habilitado não se credenciarem no ePAT - Processo Administrativo Tributário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, a prática de atos processuais deverá ser efetuada mediante protocolo dos originais das peças processuais, provas e documentos em papel, juntamente com cópia de cada um deles, na unidade de atendimento ao público externo competente da Secretaria da Fazenda, a fim de serem digitalizados e inseridos no ePAT, devendo obedecer às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

Nos termos do artigo 95, incisos I e II, da Lei 6.374/89, na redação dada pela Lei 13.918/09, de 22-12-2009, em caso de liquidação do débito, a multa poderá ser paga com desconto de 70% dentro do prazo de 15 dias ou de 60% dentro do prazo de 30 dias, devendo ser observado o disposto no §8º deste mesmo artigo 95, contados da data em que se considerar esta notificação realizada, condicionando-se este benefício ao pagamento integral do débito e implicando renúncia à defesa ou aos recursos previstos na legislação. Nessas duas hipóteses não haverá incidência de juros de mora nem de atualização monetária referentes. Os valores líquidos para pagamento em 15 ou 30 dias da notificação do presente AIIM encontram-se no Demonstrativo do Débito Fiscal - Quadro 2. Para gerar a GARE de pagamento acesse o link: http://www.fazenda.sp.gov.br/guias/demais.asp

Decorrido o prazo de 30 dias da data em que se considerar esta notificação realizada sem que haja o recolhimento do débito fiscal exigido no AIIM ou acordo de parcelamento do débito fiscal ou a apresentação de defesa, o AIIM será encaminhado ao Delegado Regional Tributário para ratificação e o débito fiscal poderá ser inscrito na DÍVIDA ATIVA DO ESTADO. As infrações nele contidas, por caracterizar, em tese, crime contra ordem tributária, serão comunicadas ao Ministério Público, nos termos da legislação vigente, por meio de Representação Fiscal de Crime Contra Ordem Tributária.

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.
 DO CREDENCIAMENTO NO ePAT E DA APRESENTAÇÃO DA DEFESA POR MEIO DO ePAT

O notificado poderá se credenciar no ePAT, nos termos da Portaria CAT 198/2010, para ter acesso à íntegra do auto de infração e ao processo eletrônico a qualquer tempo, logo depois que tiver concluído o seu credenciamento.

O credenciamento no ePAT poderá ser efetuado por via remota, utilizando-se a rede mundial de computadores, ou mediante comparecimento do interessado na unidade competente da Secretaria da Fazenda, em ambos os casos desde que possua assinatura eletrônica. Se o notificado já possuir assinatura eletrônica poderá se credenciar no ePAT no endereço eletrônico do Portal do ePAT – Módulo do Contribuinte: https://www.fazenda.sp.gov.br/ePAT/portal/

Após ter-se credenciado no ePAT, o notificado poderá outorgar procuração eletrônica vinculando representantes legais ao AIIM, por meio do Portal acima referenciado, os quais se credenciados no ePAT também terão acesso a íntegra do processo

eletrônico e deverão enviar a defesa, recurso, petição e praticar todos os atos processuais por meio do ePAT.

A DEFESA deverá ser dirigida ao Julgador Tributário e será enviada por meio eletrônico por meio do Portal do ePAT supra referenciado, nos termos dos artigos 13, 14 e 15 da Portaria CAT 198/2010, com documentos e peças em formato pdf (portable document format), devendo ser assinada eletronicamente com a utilização do aplicativo gerenciador de upload disponibilizado pela Secretaria da Fazenda nesse mesmo Portal.

Resalte-se que a apresentação de defesa acarretará o início do processo administrativo tributário nos termos do artigo 33 da Lei 13.457/2009, sujeitando o contribuinte às regras processuais desta Lei, especialmente quanto à Comunicação Eletrônica dos Atos Processuais (artigo 77 e seguintes da Lei 13.457/2009), com a respectiva publicação dos atos administrativos por meio de Diário Eletrônico próprio da Secretaria da Fazenda, conforme artigo 29 da Portaria CAT 198/2010 e artigo 1º da Resolução SF-20/2011.

Caso o ePAT torne-se indisponível por motivos técnicos, impossibilitando ao usuário credenciado o acesso e envio de documentos por meio do Portal do ePAT na Internet, a defesa poderá ser protocolada em papel, em uma das repartições fiscais da Secretaria da Fazenda, obedecendo-se às prescrições do artigo 21 da Portaria CAT 198/2010.

PROTOCOLADO	RAZÃO SOCIAL	IE	CNPJ	ENDEREÇO	SUSPENSO A PARTIR DE
1000287-281580/2019	Rodrigo Henrique Piva Antonilo Rio Claro	587.255.083.119	04.597.906/0001-96	Rua 5, 243, Rio Claro - Cep 13.500-040	22-05-2019
1000287-281731/2019	Rondolop Transportes Ltda	587.245.291.110	17.915.300/0005-27	Avenida 49, 1358, Rio Claro - Cep 13.501-510	22-05-2019
1000287-282237/2019	Tania Maria Soares Gandolpho	587.143.815.110	12.841.470/0001-67	Avenida 16 A, 841, Rio Claro - Cep 13.506-720	22-05-2019
1000287-283601/2019	VAC Transportes de Produtos Perigosos Ltda	587.344.787.116	60.153.681/0001-50	Avenida 42, 1716, Rio Claro - Cep 13.504-115	22-05-2019

SUBCOORDENADORIA DE CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE JULGAMENTO 2 - CAMPINAS

Unidade de Julgamento de Sorocaba Despachos do Chefe da Unidade de Julgamento, de 24-5-2019

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Sorocaba que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Campinas, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo no Posto Fiscal identificado na Comunicação de Lançamento.
 Nome CPF/CNPJ N° Controle Placa
 LOCALIZA RENT A CAR 16670085011866 30.107.931-6 OXI-5720
 LOCALIZA RENT A CAR 16670085027860 30.107.959-6 OWZ-8485

DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE JULGAMENTO 3 - BAURU

Unidade de Julgamento de Araçatuba Comunicado

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araçatuba que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado o pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julgamento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Araçatuba.
 Nome CPF/CNPJ N° Controle Placa
 MARCIO ANDERSON CRUZ 16663495852 68.513.174-9 DIC-2423
 MARCOS LIMA DE LASERDA 33600790862 68.801.085-4 JGE-8328
 OSMAR APARECIDO TIVIROLLI 41357701934 68.796.084-8 HPX-0967
 OSVALDO KENHEI KINA 00721133835 30.106.407-6 CMX-1988
 SHOJI KORIN 186.005.498-68 30.107.072-6 BNB-1540

SUBSECRETARIA DE GESTÃO

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO

DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO

Decisões finais sobre inspeção de saúde para fins de ingresso
 NOME-RG-CARGO-Certificado de Sanidade e Capacidade Física-CSCF-DECISÃO
SECRETARIA DA EDUCACAO
 FILOMENA BARBOSA DE MIRANDA - RG 22879077 - PROFESSOR EDUCACAO BASICA I - CSCF / - Deixo de conhecer o pedido, tendo em vista que o prazo previsto no Artigo 52 da Lei 10.261/68-EFP encontra-se expirado.
Despacho do Diretor do DPME
 As decisões proferidas nos pedidos de reconsideração estão amparadas pelos artigos 43 e 45 do Decreto 29.180/88.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 MARCIO DE OLIVEIRA JACOB - 10594443 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 24-05-2019, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROCURADOR DO ESTADO NIVEL I, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15. O candidato deverá apresentar os exames complementares solicitados em 24-05-2019, no local onde realizou a perícia médica, em no máximo 90 (noventa) dias do início da suspensão, tendo em vista a necessidade de avaliação dos exames apresentados pelo médico perito.
 RAFAEL BARROSO DE ANDRADE - 222707788 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 24-05-2019, nos termos do artigo 53,

AIIM - ICMS 4.124.421-7, de 23-05-2019
 Contribuinte: TRC TRANSPORTADORA RIO CLARO LTDA / IE 615.011.338.111 / CNPJ/CPF: 08.145.566/0001-13
 Endereço: RUA ALBINO CODO, 80 - JARDIM FAXINA I - Santa Gertrudes-SP

Data de Notificação: Considerar-se-á realizada esta notificação no quinto dia útil posterior ao da data desta publicação no Diário Oficial do Estado. (item 1 do §4º do artigo 9º da Lei 13.457/2009).

Posto Fiscal de Vinculação (Local para apresentação de defesa): POSTO FISCAL DE ARARAQUARA, AV.ESPANHA, 188 - CENTRO - ARARAQUARA/SP, horário 9:00h às 16h30.

Unidade de Julgamento: DTJ-3 - DELEGACIA TRIBUTÁRIA DE JULGAMENTO DE BAURU.

Conforme o § 4º do artigo 27 da Portaria CAT 198/2010, a notificação por meio eletrônico prevalecerá sobre quaisquer outras acaso realizadas.

Núcleo de Serviços Especializados - II Comunicado

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados da Delegacia Regional de Araraquara, com base no Artigo 3o da Portaria CAT 95/2006, e em conformidade com a decisão constante nos protocolos abaixo, promoveu a suspensão da eficácia da inscrição estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SP, da(s) seguinte(s) empresa(s):

inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROCURADOR DO ESTADO NIVEL I, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15. O candidato deverá apresentar os exames complementares solicitados em 24-05-2019, no local onde realizou a perícia médica, em no máximo 90 (noventa) dias do início da suspensão, tendo em vista a necessidade de avaliação dos exames apresentados pelo médico perito.

TATIANA SARMENTO LEITE MELAMED - 209288919 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 24-05-2019, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROCURADOR DO ESTADO NIVEL I, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15. O candidato deverá apresentar os exames complementares solicitados em 24-05-2019, no local onde realizou a perícia médica, em no máximo 90 (noventa) dias do início da suspensão, tendo em vista a necessidade de avaliação dos exames apresentados pelo médico perito.

SECRETARIA DA EDUCACAO
 ADRIANA FERREIRA DA SILVA - 29344139 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 10-05-2019, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROFESSOR EDUCACAO BASICA I, do SECRETARIA DA EDUCACAO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15.

ALESSANDRA NEVES DE MELO - 30552077 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 08-04-2019, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROFESSOR EDUCACAO BASICA I, do SECRETARIA DA EDUCACAO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15.

ALESSANDRA NOGUEIRA RAMOS DE ARAUJO - 25467141 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 12-04-2019, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROFESSOR EDUCACAO BASICA I, do SECRETARIA DA EDUCACAO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15.

ALEXANDRE SIMOES DOS SANTOS - 26125967 - O candidato foi considerado pessoa com deficiência e apto para o desempenho das atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 683, de 18-09-1992, alterada pela Lei Complementar 932, de 08-11-2002.

ANA CLAUDIA ROCHA - 26180433 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 11-04-2019, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROFESSOR EDUCACAO BASICA I, do SECRETARIA DA EDUCACAO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15.

ANTONIA ROSEMEIRE BAPTISTA - 10391697 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 11-04-2019, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROFESSOR EDUCACAO BASICA I, do SECRETARIA DA EDUCACAO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15.

CARMELITA ADALGISA DA SILVA SAGGIN - 18772687 - O candidato não foi considerado pessoa com deficiência nos termos da Lei Complementar 683, de 18-09-1992, alterada pela Lei Complementar 932, de 08-11-2002.

CLOVIS DUARTE DA SILVA - 24201386 - O candidato foi considerado pessoa com deficiência e apto para o desempenho das atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 683, de 18-09-1992, alterada pela Lei Complementar 932, de 08-11-2002.

EDIMARA HENRIQUE DE MECENA - 2589656 - O candidato foi considerado pessoa com deficiência e apto para o desempenho das atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 683, de 18-09-1992, alterada pela Lei Complementar 932, de 08-11-2002.

EMERSON RODRIGUES SANTOS - 40942974 - O candidato foi considerado pessoa com deficiência e apto para o desempenho das atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 683, de 18-09-1992, alterada pela Lei Complementar 932, de 08-11-2002.

GRACE ALVES MARCELINO ROSA - 22899356 - Protocolo SGP/1005535/2019 ? Fica suspenso por 98 (noventa e oito) dias a contar de 12-05-2019, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROFESSOR EDUCACAO BASICA I da Secretaria de SECRETARIA DA EDUCACAO observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15.

KELLY CRISTINA BETINI VIEIRA ALVES - 28212688 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 11-04-2019, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROFESSOR EDUCACAO BASICA I, do SECRETARIA DA EDUCACAO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15.

LUCIENE SUZARTE SANTOS - 22701634 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 16-04-2019, nos termos do artigo 53, inciso I da Lei 10.261/68, o prazo de posse do referido candidato ao cargo de PROFESSOR EDUCACAO BASICA I, do SECRETARIA DA EDUCACAO, observando-se o previsto no artigo 9º e parágrafos da Resolução SPG 18, de 29/04/15.

MARIA AMELIA DE ABREU - 26822782 - O candidato não foi considerado pessoa com deficiência nos termos da Lei Complementar 683, de 18-09-1992, alterada pela Lei Complementar 932, de 08-11-2002.

MICILENE ALMEIDA DE SOUSA - 42471585 - Fica suspenso por 120 dias a contar de 12-04-2019, nos termos do artigo 53,